

Aos vinte e três dias do mês de Dezembro de dois mil e três, nesta cidade de Montemor-o-Novo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho e Sala de Sessões da Câmara Municipal, realizou-se a reunião da referida Câmara, estando presentes os senhores Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, Presidente da Câmara e os senhores Vereadores João António Abrantes Caldeira, João Miguel Amaro Marques, Agostinho Petronilho Simão, Leonardo Manuel Valido Maia e Jorge Manuel Barata de Queiroz Soares, Vereadores, comigo, Carlos António Russo Lebre, Assistente Administrativo Especialista.

Ausente desta reunião a senhora Vereadora Helena Maria Freire Paixão, por se encontrar no gozo de férias, falta que foi considerada justificada.

E tendo todos ocupado os seus lugares, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a reunião eram quinze horas.

### *Aprovação da Ordem de Trabalhos*

#### *Documentação para reunião de Câmara*

Precedendo a aprovação da proposta de ordem de trabalhos, questionou o senhor Presidente se havia alguma questão a colocar, tendo o senhor Vereador Jorge Queiroz usado da palavra para informar que não havia recebido atempadamente e dentro do prazo legal os documentos para discussão e aprovação na presente reunião de Câmara, tendo-lhe tão somente sido entregue um postal de notificação dos CTT com a data do dia de ontem, no qual se encontra averbado o registo horário das 12,35 horas, dando-lhe conta da existência de correspondência para si a ser levantada na estação dos correios de Tavira, documento esse que o senhor Vereador solicitou que fosse junto aos documentos desta reunião.

Referiu no entanto estar convicto que a responsabilidade do atraso na entrega atempada dos documentos não pertence aos Serviços da Autarquia, mas sim aos CTT que não cumpriram nas melhores condições com a prestação do serviço que à partida garantem efectuar, razão pela qual a Câmara deverá responsabilizar os CTT, devendo ser ressarcida do valor pago pelo serviço não efectuado.

Em resposta disse o senhor Presidente que os documentos foram entregues nos CTT no dia 18, conforme comprovativo de envio que foi igualmente junto aos documentos da presente reunião, para serem enviados pelo serviço denominado “MS 12” que garante a entrega dos mesmos até às 12,00 horas do dia seguinte, o que não aconteceu. Perante o exposto e uma vez que são alheias à Câmara as razões que levaram à não entrega atempada dos documentos, questionou o senhor Presidente se o Vereador Queiroz aceitaria o tratamento dos matérias agendadas, o que a não acontecer transitariam para a reunião de Câmara seguinte.

Disse depois o senhor Vereador Queiroz não levantar objecções à discussão e votação das matérias em questão, uma vez que também teve acesso aos documentos por correio electrónico. O problema fundamental neste momento reside no facto da Câmara estar a pagar um serviço que não está a ser prestado nas condições previamente definidas, situação de que disse discordar.

O Executivo aprovou por unanimidade a seguinte proposta de Ordem de Trabalhos:

#### **1. ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA**

##### **A) PROCESSOS DE LICENCIAMENTO, REQUERIMENTOS E VISTORIAS**

##### **B) PROJECTO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA NOVA, EM S. GERALDO**

#### **2. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

##### **A) APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO**

##### **B) CONTABILIDADE**

### **3. SÓCIO-CULTURAL**

#### **A) REGULAMENTO SOBRE SUBSÍDIOS E APOIOS A CONCEDER ÀS ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS E DE CARÁCTER SOCIAL, SEM FINS LUCRATIVOS**

### **4. TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE OBRAS DA PORTUGAL TELECOM**

### **5. MONTEMOR 2003**

### **6. CALENDÁRIO DE REUNIÕES ORDINÁRIAS EM 2004**

### **7. PROJECTO DE ACTA N.º 25**

### **8. ATENDIMENTO DE MUNICÍPES**

#### **Período antes da Ordem do Dia**

#### **Programa Montemor 2003/Encerramento**

Referiu em seguida o senhor Presidente ter tido lugar no passado Sábado a cerimónia de encerramento do Programa “Montemor 2003”, que contou com a especial presença do Sua Excelência o senhor Presidente da República, que naturalmente honrou o concelho e dignificou a sessão que decorreu de forma bastante positiva.

O espectáculo de estreia do Centro Coreográfico de Montemor-o-Novo/Rui Horta, integrado na cerimónia em questão e a que igualmente assistiu o mais alto magistrado da nação também se pautou por uma apresentação de grande nível artístico, o que contribuiu de igual forma para tornar o programa ainda mais peculiar em termos de expressão cultural.

Por outro lado considerou o mesmo edil de grande importância as palavras de ânimo proferidas na intervenção do senhor Presidente da República que pela segunda vez visita Montemor (a anterior visita decorreu no ano 2000, por ocasião da realização de uma acção de sensibilização sobre a Fileira Florestal), sendo o único Presidente da República que depois do 25 de Abril de 1974 se deslocou em visita oficial à cidade de Montemor-o-Novo, o que muito naturalmente constitui um motivo de orgulho para todos os montemorenses.

No que se refere à distribuição de bilhetes entre a Vereação para assistir ao espectáculo, disse o senhor Vereador Agostinho que os lugares que foram reservados não permitem uma boa visualização do palco, apelando a que numa próxima ocasião se corrija a situação.

Ainda no tocante ao espectáculo referiu o mesmo autarca ter-se verificado a existência de muitas clareiras, quando havia no exterior muitas pessoas interessadas em entrar, que não puderam devido ao facto da bilheteira ter sido distribuída entre as associações do concelho, em que algumas delas acabaram por não marcar presença.

No que se refere ao espectáculo em si disse o senhor Vereador Agostinho tê-lo considerado de qualidade, mas que, ainda assim, gostaria de ter visto naquele palco e naquela especial ocasião, alguma coisa mais genuinamente montemorense, por exemplo, o Bailado, o que até poderia ter sido possível.

Interveio depois o senhor Vereador Leonardo Maia para se referir igualmente às enormes clareiras que eram visíveis na plateia, considerando lamentável que na presença do Presidente da República e perante o espectáculo exibido, a sala não se encontrar repleta de espectadores, quando haviam pessoas interessadas em assistir.

Usou seguidamente da palavra o senhor Vereador Jorge Queiroz afirmando que entendeu a visita a Montemor-o-Novo do Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, figura que os eleitos do MCPM muito consideram e apoiam, fundamentalmente como uma homenagem à cidade e aos cidadãos montemorenses como aliás foi sublinhado pelo próprio na sua intervenção. Considera significativo que num momento politicamente difícil e num período do ano especial certamente com uma agenda muito sobrecarregada tenha podido estar em Montemor com os montemorenses.

No que se refere ao espectáculo disse o senhor Vereador Queiroz que a plateia estava com metade dos lugares vazios ou meia-cheia e que a vinda do Presidente da República deveria determinar maior participação.

Relativamente ao programa cultural disse não tecer qualquer comentário, dado ter estado na sessão solene como eleito e me funções políticas. Os programas são sempre susceptíveis de formatos e versões diversas, querendo apenas registar o esforço organizativo da autarquia.

Interveio seguidamente o senhor Vereador João Marques para referir que foram enviados bilhetes para as associações que colaboraram na realização do Programa “Montemor 2003”, tendo algumas delas confirmado a sua presença e depois não aparecerem e outras houve que não chegaram sequer a confirmar a presença, o que motivou a existência de alguns lugares vazios, mas que ainda assim não apagou aquilo que foi a qualidade dos espectáculos em cena.

Disse ainda o senhor Vereador João Marques que a programação obedece a uma lógica que será sempre discutível, mas que no caso vertente resultou numa feliz fusão entre o concerto de piano e a dança.

Em nova intervenção disse o senhor Presidente ter existido a preocupação de procurar confirmar as presenças para o espectáculo, vindo a verificar-se a ausência de algumas pessoas, que corresponderiam ao preenchimento dos lugares de cerca de duas filas da plateia. A opção tomada pela distribuição dos bilhetes pelas associações, deveu-se até a uma questão de segurança do Presidente da República.

Disse no entanto o senhor Presidente que a ausência de algumas entidades, sem que previamente hajam comunicado esse facto à Câmara, constitui falta de respeito pela Câmara Municipal e por quem gostaria de ter assistido e que dessa forma não pôde.

Quanto ao resto, designadamente no que se refere às questões de natureza protocolar, disse o senhor Presidente ter cumprido escrupulosamente com o que fora acordado com os Serviços da Presidência da República. A título de exemplo referiu ter sugerido que à chegada, o senhor Presidente da República pudesse fazer uma pausa no átrio de entrada, o que não foi aceite, sendo esse o único momento privilegiado para a formal apresentação de cumprimentos, que por essa razão ficou inviabilizado de poder acontecer. Referiu ainda sempre ter existido uma excelente colaboração com os Serviços da Presidência, que se mostraram de um trato inexcelável, mas que, em todo o programa de visita, foram eles que determinam os passos do Presidente da República, tendo sido no intuito de procurar equilíbrio e de não forçar as questões protocolares, que se optou por anuir ao que estava programado.

Relativamente ao programa considerou o senhor Presidente em primeiro lugar que tudo correu bem, encerrando com um grande projecto de Montemor, com Rui Horta. Por outro lado o senhor Presidente da República fez também sentir o seu interesse na apresentação de um espectáculo de curta duração, ao qual Câmara também procurou ser sensível, interpretando o seu esforço em incluir na sobrecarregada agenda a sua vinda a Montemor, sendo essa a principal razão pela qual não foram incluídos no programa outros trabalhos produzidos por montemorenses.

Por último enalteceu o senhor Presidente o abnegado esforço da Câmara e dos seus trabalhadores em levar por diante o Programa Montemor 2003, com particular relevo para a cerimónia de encerramento que agora teve lugar.

### **Falecimento do Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Cabrela**

Referiu em seguida o senhor Presidente ter falecido no passada Sexta-feira o senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Cabrela, tendo sido enviado à referida instituição e família uma comunicação via fax, apresentando condolências.

Figura destacada que se bateu de forma empenhada em prol dos interesses de Cabrela, designadamente pela construção do Centro de Dia e Lar para Idosos daquela freguesia e que sempre mostrou ser possuidor de excelentes qualidades humanitárias, merece o senhor António Nunes ser apontado como exemplo a seguir e digno deste público reconhecimento (concluiu).

### **Reunião com o Ministro do Ambiente**

Informou depois o senhor Presidente que para o próximo dia seis de Janeiro de dois mil e quatro, está agendada a realização de uma reunião com o senhor Ministro do Ambiente para tratar de questões

que se prendem com o avanço do Sistema Intermunicipal de Águas e Saneamento, aguardando-se com expectativa o resultado desse contacto.

### **Relatório da União Europeia sobre indicadores de natureza social**

Usou seguidamente da palavra o senhor Vereador Jorge Queiroz para referir que na sequência da intervenção do senhor Presidente da Câmara na última reunião sobre a União Europeia, em particular sobre as questões sociais, considerando superficiais e nada fundamentadas, teve o cuidado de analisar o relatório da Comissão Europeia “A situação social da União Europeia – 2003”, que colocou à disposição de todos os Vereadores.

Disse o mesmo o Vereador que a União Europeia é no mundo o espaço político e geográfico onde maior respeito há pelos direitos humanos, onde existem maiores preocupações com os direitos sociais e liberdade de expressão e participação, por esse facto milhões de pessoas de outras origens desejam trabalhar e viver na Europa. A União Europeia tem sido desde a sua criação uma garantia de paz e progresso para os povos. O relatório refere que um inquérito recente do Eubarómetro constata que setenta e oito por cento da população europeia afirma estar satisfeita ou muito satisfeita com a sua vivência actual no seio da União e que apesar do arrefecimento da economia a percentagem de satisfação subiu de 2001 para 2002. O documento também refere que foram criados 12 milhões de empregos entre 1995 e 2001, dos quais dois milhões na área da saúde e do trabalho social, que a taxa de emprego mesmo num período difícil subiu sessenta e quatro por cento em 2001 para sessenta e quatro meio por cento em 2002, valor ainda longe do objectivo do pleno emprego da Agenda de Lisboa (2000). As condições de vida dos europeus continuam a melhorar em todos os indicadores e aumentou a esperança de vida dos cidadãos. O relatório também aponta como causas da pobreza o isolamento social, a má qualidade e precaridade do emprego e deficiente formação profissional.

Referiu o senhor Vereador Jorge Queiroz ser incorrecto afirmar que a União Europeia não tenha políticas sociais desenvolvidas ou que se possam caracterizar de uma forma excessiva como neoliberais, bastando para tanto verificar que os sectores sociais empregam dez por cento do total da população activa dos quinze. Os países da União são aqueles que mais apoiam o desenvolvimento do terceiro mundo, que defendem os povos das ditaduras e que por exemplo financiam grande parte do funcionamento e as estruturas sociais do Estado Palestino. Por todos esses factos disse o senhor Vereador Queiroz não partilhar das posições do Presidente da Câmara Municipal.

Em resposta disse o senhor Presidente reafirmar que o que havia dito na sua intervenção da última reunião de Câmara, ou seja, que está a ser feita a construção neo-liberal da União Europeia, como é genericamente reconhecido e quando podia e devia ser feita outra construção, uma Europa de Coesão Social e dos Povos, uma sociedade diferente e socialmente mais justa. O que se tem verificado e as tendências que, aliás estão confirmadas em vários estudos da União Europeia, apontam no sentido do aumento da desigualdade social. Referiu estar-se perante uma construção neo-liberal que pode ser vista pelos Tratados aprovados e por outro que está em vista de o vir a ser, em que prevalece o dinheiro em detrimento das questões sociais. Basta ver (disse) que todas as decisões sobre o Mercado Único são tomadas por maioria de votos, enquanto que as questões de ordem social carecem de aprovação unânime por parte de todos os países membros.

Disse depois o senhor Presidente não se ter referido na sua intervenção de há quinze dias atrás ao grau de insatisfação da população, mas sim aos números que apontam a existência nos países da Comunidade de dezasseis milhões de desempregados e vinte milhões de pobres, tendo falado ainda na tendência de distribuição da riqueza em que cada vez mais se acentua o fosso entre os mais ricos e os mais pobres, sendo Portugal o país da União Europeia onde tais desequilíbrios registam níveis mais acentuados. Deveria por isso ser feita uma análise ao grau de satisfação nos países da União Europeia em relação, por exemplo, à evolução da distribuição do rendimento, das questões sociais, dos serviços públicos para se concluir se houve aumento ou diminuição do grau de satisfação dos cidadãos da Comunidade.

Por outro lado referiu o senhor Presidente que quem governa apenas pretende dar a conhecer os números relativamente ao dinheiro que entra no país, omitindo o dinheiro que sai. A tal propósito referiu que entre um a dois por cento do Produto Interno Bruto corresponde a entrada de fundos provenientes da União Europeia.

O estado liberal (disse), reservava um conjunto de funções ao próprio estado, como a segurança, a justiça e outros áreas vitais que constituem a coluna dorsal da sociedade, as quais estão actualmente a ser

privatizadas. Até os primeiros liberais não aceitavam isso, mas hoje tudo isso é negociável. Será necessária outra construção europeia, com as questões de coesão social em primeiro lugar, e será de todo o interesse que não se desmantele essa situação, porque é essa a principal questão que importa salvaguardar.

Voltou a intervir o senhor Vereador Queiroz para referir que a União Europeia é um processo em evolução mas que está patente em todos os relatórios as preocupações com a paz mundial, a defesa do meio ambiente e o bem estar dos cidadãos. O PCP afirmava que a entrada para a então CEE seria uma catástrofe para Portugal, o que como todos os portugueses verificaram teve apenas como consequência um desenvolvimento do País e a melhoria das condições de vida dos portugueses. O discurso oficial do PCP agora mudou porque a realidade desmentiu todas as análises que fez, mas continuam com os mesmos objectivos de sempre.

Usou depois da palavra o senhor Vereador Agostinho referindo que se assiste ao envelhecimento dos países da Europa, sendo necessário para o seu rejuvenescimento a entrada de cerca de vinte milhões de emigrantes nos próximos vinte anos, provenientes sobretudo dos países do Norte de África, porque a não ser assim a Europa irá sentir muitas dificuldades de desenvolvimento nos próximos anos, referindo também que se continua a assistir a uma tentativa de domínio dos chamados países “grandes”, sobre os mais “pequenos”.

No que concerne ao comportamento de Portugal, disse o mesmo edil que têm sido cometidos erros e não se tem aproveitado correctamente as verbas que têm vindo da União Europeia, às quais nem sempre tem sido dado o destino mais adequado.

Terminou afirmando que a União Europeia deu um grande salto em termos de desenvolvimento e Portugal beneficiou dessa evolução, mas os custos desse desenvolvimento terão as suas repercussões no futuro.

Usou depois da palavra o senhor Presidente para questionar a razão pela qual a União Europeia, estando preocupada com o sub-desenvolvimento, não subscreve que países que pretendem a independência da sua produção, possam livremente expandir as áreas de cultivo e de produção, em vez de aplicar imposições comunitárias em termos de limitação à produção, enquanto que a outros países não são aplicadas medidas tão rígidas. Não se pode depois dizer que houve quem não conseguisse atingir os objectivos em termos de produtividade, quando os mecanismos implementados impediram que tal acontecesse.

Disse depois o senhor Presidente que o PCP se opôs de facto à entrada de Portugal na Comunidade (CEE), numa situação conjuntural em termos europeus e mundiais completamente diferente, com outras alternativas e possibilidades e com base em estudos técnicos profundos que, infelizmente, e sobretudo no sector produtivo se tem vindo a confirmar integralmente como é o caso da agricultura e das pescas. O que fundamentalmente hoje se coloca é saber qual o papel que Portugal quer ter ou lhe é atribuído no âmbito da União Europeia já que países como a Espanha ou a França possuem políticas definidas e sabem claramente os objectivos que pretendem alcançar e para onde querem ir, Portugal continua sem ter um plano traçado daquilo que pretende para o seu futuro, considerando que desse ponto de vista e de outras questões já anteriormente referidas, os aspectos negativos da integração na União Europeia tem sido substancialmente mais para Portugal, que os aspectos positivos.

A concluir disse ainda o senhor Presidente que fundamentalmente se deverá equacionar se existem alternativas ao sistema e ao modelo de funcionamento actual e a resposta é em seu entender que sim, desde que as mesmas sejam implementadas para melhoria das condições de vida da generalidade dos Europeus.

### **Serviço de refeições nas instalações do PEMF**

Fazendo uso da palavra o senhor Vereador Agostinho referiu que no passado dia vinte constatou novamente as más condições existentes no pavilhão do parque de Exposições, Mercados e Feiras, aquando da realização do jantar de Natal dos Serviços Sociais da Câmara. Acrescentou que a Câmara deverá dotar o espaço onde se manipulam e preparam os alimentos, com as condições necessárias, ou então encontrar outras alternativas para a realização destes eventos.

No caso em apreço (festa dos Serviços Sociais), seria suficiente que a Inspecção das Actividades Económicas actuasse naquela ocasião para que a Festa tivesse ali o seu fim, o que seria extremamente desagradável de poder vir a acontecer.

Haverá por isso que dotar aquele espaço das condições minimamente exigíveis, para que não se verifiquem situações indesejáveis.

Disse depois o senhor Presidente que o espaço em questão não foi criado para aquele efeito, sendo certo que a Câmara tem condescendido na sua utilização. Será contudo necessário definir a curto prazo a sua

utilização, inviabilizando o tipo de iniciativas que envolvam serviço de refeições ou então criando as condições indispensáveis à realização de tal tipo de eventos.

Concluiu dizendo que relativamente ao PEMF estão neste momento em estudo soluções que permitam vir a criar uma área coberta de três mil metros quadrados e de, eventualmente, se aproveitar para resolver nesta fase o problema do serviço de refeições naquele espaço.

Em nova intervenção o senhor Vereador Agostinho disse que a Câmara como entidade licenciadora dos estabelecimentos de restauração e bebidas, terá que dar o exemplo, podendo ser chamada a responder, em termos legais, por autorizar o uso de instalações municipais para fins para os quais não têm as condições mínimas exigidas por lei.

## **ORDEM DE TRABALHOS**

### **1. ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA**

#### **A) PROCESSOS DE LICENCIAMENTO, REQUERIMENTOS E VISTORIAS**

No âmbito referido em epígrafe o senhor Presidente interveio para fazer a apresentação dos seguintes processos:

#### **Processos de licenciamento**

De: AMÉRICO LOPES NUNES e MARIA ALEXANDRA MENDONÇA MOURA DE OLIVEIRA FRANCO LOPES NUNES, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de ampliação de moradia sita no prédio rústico denominado por Ponte de Alcácer, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnico responsável Américo Lopes Nunes, número 171.

Data de entrada do requerimento: 27/10/2003

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com parecer dos serviços da DAU.

De: VICENTE MANUEL ROMÃO, requerendo aprovação dos projectos de especialidades e licenciamento da obra de construção de moradia e muro de vedação a levar a efeito na Rua Caminhos do Futuro, freguesia de Foros de Vale de Figueira, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Data de entrada do requerimento: 15/12/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com os termos de responsabilidade do técnico.

De: TEODORA DE JESUS MANETA GANHÃO FITAS, requerendo aprovação dos projectos de arquitectura e licenciamento da obra de construção de muro de vedação a levar a efeito no prédio rústico denominado por Ferraduras, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável Manuel Vitorino Pereira Amaro, número 343.

Data de entrada dos requerimentos: 24/11/2003

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da DAU.

De: JOSÉ SERAFIM DIAS FERREIRA, requerendo aprovação dos projectos de especialidades e autorização para a obra de construção de moradia e muro de vedação a levar a efeito na Rua 1.º de Maio, lote 12, freguesia de Cortiçadas de Lavre, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Data de entrada dos requerimentos: 15/12/2003

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com os Termos de Responsabilidade do técnico.

De: JOÃO ANTUNES DE OLIVEIRA, requerendo licenciamento da obra de construção de muro de vedação a levar a efeito na Rua da Romaneira, n.º 2 e 4 e Rua 1.º de Maio, freguesia de Cortiçadas de Lavre, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Data de entrada do requerimento: 9/12/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com os Termos de Responsabilidade do técnico.

De: MARIA DA GRAÇA PAIS CATARINO PATA, requerendo aprovação dos projectos de especialidades e licenciamento da obra de ampliação de anexo e legalização de parte de um monte existente e da substituição da cobertura sítos na Courela do Cerejo de Cima – Vale do Cerejo, freguesia de Cortiçadas de Lavre, tendo como técnico responsável Rosalina Maria Inácio Valentim Pratas, número 199.

Data da entrada do requerimento: 16/12/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com os Termos de Responsabilidade do técnico.

De: ÂNGELA MARIA ALVES VINAGRE CATARINO, requerendo informação prévia sobre construção de moradia no prédio rústico denominado por Santa Comba, freguesia de Lavre.

Data de entrada do requerimento: 28/10/2003

Tem parecer da D.A.U.

(Foi enviado para audiência prévia em 27/11/2003, não se tendo a requerente pronunciado)

Deliberação: Indeferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da DAU.

De: JORGE MANUEL VIDIGAL DA SILVA, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de construção de moradia a levar a efeito na Rua Humberto Delgado, lote 1, freguesia de Foros de Vale de Figueira, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Data de entrada do requerimento: 1/10/2002 e 15/12/2003

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com os pareceres dos serviços da DAU.

De: LUIS FILIPE FERREIRA PERDIGÃO, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de construção de moradia a levar a efeito no Bairro das Cortiçadas, n.º 23 A, freguesia de Cortiçadas de Lavre, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Data de entrada do requerimento: 5/08/2003, 12/11/2003 e 15/12/2003

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com os pareceres dos serviços da DAU.

### Vistorias

De: EDMUNDO JOSÉ PINTO SALGUEIRO, para constituição de imóvel em propriedade horizontal sito na Rua das Ricas, n.º 23 e Rua dos Almocreves, n.º 32, freguesia de Nossa Senhora da Vila.

Data de Entrada do requerimento: 20/11/2003

Tem parecer da Comissão de Vistorias

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o Auto de Vistoria da comissão técnica de vistorias.

### Requerimentos Diversos

De: ANTÓNIO JOAQUIM SARAGOÇA, requerendo emissão de autorização de utilização para estabelecimento de bebidas (Bar/Pub), sito na Rua Vasco da Gama, n.º 33 e Rua Magalhães de Lima, freguesia de Escoural.

Data de entrada do requerimento: 8/10/2003

Tem parecer da Comissão de Vistorias

(Foi enviado para audiência prévia em 27/11/2003, tendo o requerente se pronunciado e manifestado interesse na realização da obra)

Deliberação: Indeferido por unanimidade de acordo com o Auto de Vistoria da comissão técnica de vistorias.

De: SILVA & NEIVA, LDA., requerendo emissão de autorização de utilização para empreendimento turístico (Hotel Rural) sito nas Courelas da Mata, freguesia de Lavre.

Data de entrada do requerimento: 5/12/2003

Tem parecer da Comissão de Vistorias

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o Auto de Vistoria da comissão técnica de vistorias.

De: LUIS FILIPE FERREIRA PERDIGÃO, requerendo emissão de certidão de destaque de parcela de terreno sita no Bairro das Cortiçadas, n.º 23 A, freguesia de Cortiçadas de Lavre.

Data de entrada do requerimento: 5/08/2003

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da DAU.

### **B) PROJECTO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA NOVA, EM S. GERALDO**

Usou seguidamente da palavra o senhor Presidente para fazer a apresentação do projecto de pavimentação e drenagem de águas pluviais para a Rua Nova, em S. Geraldo, freguesia de Nossa Senhora do Bispo.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

## **2. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

### **A) APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO**

Seguidamente o senhor Vereador João Caldeira referiu terem apresentado proposta ao concurso de venda de sucata, as firmas C & M – Construção & Manutenção de Paulo Jorge Mendes Inácio Choca, com sede na Rua Dr. Rafael Ennes Ferreira, número quatro, em Vendas Novas, a qual se propôs adquirir a sucata pelo valor de: um cêntimo e meio o quilo, ou seja, quinze euros por tonelada acrescido do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor; A firma Helder Almeida Esdras Martins, com sede na Quinta Helder Martins, Estrada Nacional, número dez, em Coina, propôs-se adquirir a sucata pelo valor de quatro cêntimos e meio o quilo ou por doze toneladas o valor de quinhentos e sessenta euros, acrescidos do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor; A firma António da Encarnação Santos, com sede no Parque Industrial Sucatas – São Romão, lote número onze, em Alverca, apresentou proposta no sentido de adquirir a sucata pelo valor de três cêntimos e meio o quilo, acrescido do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Com vista à determinação do mérito das propostas, o Júri procedeu à análise detalhada das mesmas, tendo proposto a adjudicação da venda de sucata à Firma de Helder Almeida Esdras Martins, com sede na Quinta Helder Martins, Estrada Nacional, número dez, em Coina, por ser a proposta mais vantajosa para a Câmara Municipal.

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, adjudicar a venda de sucata à firma Helder Almeida Esdras Martins, pelo valor de quatro cêntimos e meio cada quilo, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

### **B) CONTABILIDADE**

A Câmara tomou conhecimento da informação relativa às autorizações de pagamento de despesa orçamental emitidas entre o número sete mil quinhentos e trinta e oito a sete mil oitocentos e catorze, no valor de quatrocentos e vinte mil seiscentos e quatro euros e oitenta e seis cêntimos.

## **3. SÓCIO-CULTURAL**

### **A) REGULAMENTO SOBRE SUBSÍDIOS E APOIOS A CONCEDER ÀS ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS E DE CARÁCTER SOCIAL, SEM FINS LUCRATIVOS**



Sobre o assunto em epígrafe disse o senhor Vereador João Marques que a disponibilidade dos membros do grupo de trabalho constituído para elaborar a proposta de Regulamento referida em epígrafe se tem revelado incompatível com as possíveis datas de reunião entre os seus elementos, pelo que, nessas circunstâncias, propôs mais uma vez que a discussão da referida matéria transitasse para a próxima reunião de Câmara.

Deliberação: Não tendo sido possível elaborar a proposta de Regulamento em tempo útil de poder ser discutido na presente reunião, a Câmara deliberou que a apreciação e eventual aprovação do referido documento transitasse para a próxima reunião de Câmara.

#### **4. TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE OBRAS DA PORTUGAL TELECOM**

Voltou a intervir o senhor Presidente para apresentar a seguinte proposta sobre relacionamento com a Portugal Telecom, em conformidade com a posição defendida pela ANMP:

*“Tendo em conta,*

- a) a posição da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), manifestada em 18/11/2003, quanto à “atitude de singular «absolutismo monárquico» da Portugal Telecom quando entende, soberana, que não necessita de licença municipal para intervir na via pública podendo assim destruir, sempre que lhe aprouver, toda e qualquer infraestrutura colectiva”;*
- b) que aquela atitude da PT impede que sejam concertados os trabalhos com todas as outras entidades que também prestam serviço público daí resultando desregramento e anarquia com claros prejuízos para a população e para o concelho de Montemor-o-Novo;*
- c) que o Tribunal Constitucional confirma que são devidas taxas pela ocupação do domínio público, a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, reunida a 23/12/2003, delibera:*
  - 1. Solidarizar-se com a posição da ANMP face atitude da Portugal Telecom (PT);*
  - 2. Embargar todas as obras em curso da PT (ou seus sub-empregados) a decorrer em espaço público e sem o devido licenciamento municipal;*
  - 3. Notificar a PT para que proceda à remoção de postes, espias e armários de rua que constituam obstáculos e barreiras à mobilidade das pessoas;*
  - 4. Notificar a PT para que proceda à remoção dos traçados em parede que constituam maiores barreiras arquitectónicas e paisagísticas.”*

Deliberação: A proposta de tomada de posição apresentada foi aprovada por unanimidade.

#### **5. MONTEMOR 2003**

Em intervenção sobre a matéria em discussão o senhor Presidente apresentou a informação mais recente sobre o Programa Montemor 2003, decorrente da reunião conjunta do Conselho Executivo e da Comissão Organizadora, conforme documento que foi rubricado por todos os eleitos presentes e nos termos da lei aqui se dá por integralmente transcrito.

#### **6. CALENDÁRIO DE REUNIÕES ORDINÁRIAS EM 2004**

Seguidamente foi ainda o senhor Presidente quem fez a apresentação da seguinte proposta de calendarização das reuniões ordinárias da Câmara Municipal no de 2004:

*“De acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 62.º da Lei n.º 169/99 de 18/9, com a primeira alteração que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11/1 e Declarações de Rectificação n.º 4/2002 de 6/2 e n.º 9/2002 de 5/3, que estabelece o Quadro de Competências e o Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos das Autarquias, propõe-se:*

- a) Que as reuniões ordinárias se efectuem com periodicidade quinzenal, por se entender ser o mais conveniente, não se justificando a periodicidade semanal pelo excesso de burocracia que poderia implicar;*
- b) Calendário das reuniões de Câmara em 2004:*

1.ª) 7 / Janeiro; 2.ª) 21/ Janeiro; 3.ª) 4/ Fevereiro; 4.ª) 18/ Fevereiro; 5.ª) 3/ Março; 6.ª) 17/ Março; 7.ª) 31/ Março; 8.ª) 14/ Abril; 9.ª) 28/ Abril; 10.ª) 12/ Maio; 11.ª) 26/ Maio; 12.ª) 9/ Junho; 13.ª) 23/ Junho; 14.ª) 7/ Julho; 15.ª) 21/ Julho; 16.ª) 4/ Agosto; 17.ª) 18/ Agosto; 18.ª) 1/ Setembro; 19.ª) 15/ Setembro; 20.ª) 29/ Setembro; 21.ª) 13/ Outubro; 22.ª) 27/ Outubro; 23.ª) 10/ Novembro; 24.ª) 24/ Novembro; 25.ª) 9/ Dezembro; 26.ª) 22/ Dezembro.

*Todas as reuniões serão públicas e terão início pelas 15 horas. O período de atendimento ao público terá início pelas 20h30m.”*

Deliberação: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

## **7. PROJECTO DE ACTA N.º 25**

### **Aprovação da acta número vinte e cinco referente à reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia vinte e seis de Novembro do ano de dois mil e três**

Tendo o texto da acta em epígrafe sido previamente distribuído entre todos os membros do Executivo foi dispensada a sua leitura, de harmonia com o disposto no decreto-lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três.

A referida acta foi aprovada por unanimidade, tendo-lhe sido introduzidas alterações, de harmonia com o disposto no artigo nonagésimo segundo, da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro.

## **8. ATENDIMENTO DE MUNICÍPES**

No período reservado ao atendimento de munícipes não compareceram quaisquer interessados em colocar questões.

### **Aprovação da acta em minuta**

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a reunião eram vinte e uma horas, tendo a Câmara deliberado por unanimidade aprovar esta acta em minuta, ao abrigo do numero três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a primeira alteração que lhe foi dada pela Lei número cinco, barra A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro e Declarações de Rectificação número quatro, barra dois mil e dois, de seis de Fevereiro e número nove, barra dois mil e dois de cinco de Março.

E eu, Carlos António Russo Lebre, Assistente Administrativo Especialista, a redigi e subscrevo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

O ASSISTENTE ADMINISTRATIVO ESPECIALISTA,